

Meio: Jornal Económico

Data: 25/05/2020

ECONOMIA

Rogério Fernandes Ferreira: “Só seria adequado um imposto europeu muito baixo, transversal e amplo sobre a poupança”

Lígia Simões 25 Maio 2020, 07:30

Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais defende medidas de incentivo às empresas para exportar e para contratar pessoas. Sugere ainda um alívio das contribuições patronais para a Segurança Social. E sinaliza a importância de financiamento para a substituição da receita fiscal perdida e para a realização da despesa pública acrescida devido à pandemia. Mas alerta que a existir aumento de impostos só seria adequado um imposto europeu “muito baixo mas transversal e amplo sobre a poupança das pessoas físicas”.



O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais defende que a existir aumento de impostos só seria adequado um imposto europeu “muito baixo mas transversal e amplo sobre a poupança das pessoas físicas” e “sempre afectado e consignado à liquidez necessária ao combate à pandemia”. Rogério Fernandes Ferreira sugere medidas de incentivo às empresas para exportar e para contratar pessoas e considera que a medida “mais eficaz” seria um alívio das contribuições patronais para a Segurança Social. Mas alerta que isso teria de ser compensado com outras formas de receita num futuro próximo para não desequilibrar as contas da Segurança Social.

Como é que será a recuperação económica? Esta é uma crise diferente, que não foi motivada por desequilíbrios macroeconómicos, a retoma poderá ser, por isso, mais rápida?

É possível e é certamente desejável que seja mais rápida do que as outras crises anteriores, mas há sectores de actividade atingidos de tal forma que podem não ter condições para retomar a sua actividade normal rapidamente, concretamente, a aviação, as agências de viagens, o comércio de retalho e algumas outras indústrias com margens baixas, por exemplo. No geral, pressinto uma curva mais em “NIKE” do que em “V” ou mesmo em “U”!

O aumento de impostos será inevitável?

Não será essa, certamente, a prioridade deste ano; assim o espero. Mas será muito importante, a curto prazo, obter financiamento para a substituição da receita fiscal perdida e para a realização da despesa pública acrescida, pois há efeito duplo decorrente da contracção da procura e da contracção da oferta, pelo menos enquanto não se definem as ajudas que a UE está a preparar. A existir aumento de impostos só seria adequado um imposto europeu muito baixo mas transversal e amplo sobre a poupança das pessoas físicas, nunca sobre as empresas como alguns sugerem, e sempre afectado e consignado à liquidez necessária ao combate à pandemia.

Após o confinamento, quais as medidas fiscais que deviam ser tomadas para as empresas?

Medidas de incentivo às empresas para exportar e para contratar pessoas, a medida mais eficaz seria um alívio das contribuições patronais para a segurança social, mas isso teria de ser compensado com outras formas de receita num futuro próximo para não desequilibrar ainda mais a situação de (in)solvência da Segurança Social que já é muito insuficiente e que exigirá certamente no futuro próximo alguns pactos de regime.

O OE rectificativo deve já sinalizar essas medidas para 2021 para dar previsibilidade aos agentes económicos?

Não creio que o deva fazer, o que é importante neste momento é criar confiança para o futuro. O anúncio de maior carga fiscal irá desmoralizar os que ainda pensam investir e retomar actividade. Qualquer aumento da carga fiscal teria de ser muito bem calculado e explicado e só se poderia explicar nacionalmente se viesse do nível europeu, o nosso país em particular não aguenta mais do mesmo. A não ser, talvez, se inevitável, um aumento da taxa do IVA ou a eliminação das taxas reduzida e intermédia em benefício de uma taxa normal transversal um pouco mais reduzida e que implicasse ainda assim um aumento de receita.

Como pode o Governo aumentar 'o poder de fogo' das PME?

Não é a via fiscal a mais importante, excepto se se quiser enveredar por acabar com os pagamentos por conta e especial por conta e, eventualmente, baixar algumas tributações autónomas. Para as PME seria bem mais importante eliminar burocracias, autorizações para tudo e para nada declarações inúteis, enfim, repor o contribuinte no centro do sistema fiscal, e em primeiro lugar!

Que medidas fiscais deviam ser tomadas para aumentar o investimento? Recuperar o super crédito fiscal seria uma boa medida?

O investimento só é viável com um sólido retorno económico, o que depende mais da procura, interna e externa, do que de medidas de incentivo ou de benefício fiscal. Um Código Fiscal do Investimento melhorado poderia talvez agora ajudar, sobretudo se fosse simplificado e bem mais alargado nas bases de investimento relevante, exclui sempre investimento incorpóreo porquê? Não é componente relevante?. Em suma, como outros incentivos fiscais, por regra, devem ser reduzidos ao mínimo numa conjuntura económica dita normal. Mas num contexto desta crise e dos seus efeitos nas empresas, seria uma medida que podia ajudar na recuperação, com um modelo adaptado para a pandemia e por um período transitório, sempre acompanhada de outras medidas.

A redução do IVA na restauração faz sentido para apoiar o setor?

Não faz. O IVA nesse sector é relevante apenas para algumas empresas que a ele não escapam, mas, infelizmente, a maioria ainda consegue minorar o IVA liquidado.

E ao nível da manutenção do emprego deviam ser reforçados os incentivos fiscais?

O mais relevante, como lhe disse, seria reduzir as contribuições patronais, para aumentar o emprego, até admito que a redução das contribuições patronais possa fazer subir muitos dos salários, pois também deixaria de haver incentivo a pagar componentes em dinheiro não declaradas a empregados que ganham muito pouco.

Que outras medidas fiscais defende para as empresas?

A redução de burocracia, de autorizações e de obrigações desnecessárias e consumidoras de muito tempo e de pessoal, não tanto de impostos. O Estado vai precisar de receitas fiscais para acudir a despesas públicas acrescidas. Uma medida de largo alcance seria a redução do IRC, que não promovo em geral, mas por exemplo para empresas que queiram recorrer ao mercado de capitais para captarem aumentos de capita e vai fazer falta um programa de capitalização generalizado. No geral, e nesta fase, as empresas têm é de ser protegidas e não fustigadas com mais impostos e encargos.

Devem ser tomadas medidas excepcionais para garantir liquidez de tesouraria às empresas, nomeadamente a suspensão do pagamento de determinados impostos como os pagamentos por conta e os PEC? Outras?

Sim, faz sentido, mormente agora quando são calculados com base em rendimentos e lucros de anos anteriores que não se vão comprovadamente verificar.

E para as famílias que medidas fiscais deviam ser tomadas? Há condições para retomar a reforma do IRS em 2021, nomeadamente o prometido alívio fiscal à classe média?

As medidas devem ser de apoio ao emprego e de incentivo a quem mantém os postos de trabalho e as actividades empresariais, bem como a regularidade do pagamento de impostos e contribuições e à poupança e ao investimento. E medidas de apoio à liquidez das pessoas e das famílias e à desburocratização, faz sentido, por exemplo, continuar a manter a dupla tributação dos dividendos provenientes de empresas estrangeiras cotadas para pequenos investidores que não têm condições para andar a preencher impressos para a eliminação de dupla tributação?